


**PROJETOS IDEOPOLÍTICOS EM DISPUTAS E AS REPERCUSSÕES NAS
POLÍTICAS SOCIAIS: AVANÇO DA NOVA DIREITA E A SUBTRAÇÃO DE
DIREITOS SOCIAIS**

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.031-081>

Solange Maria Teixeira

Profª Drª do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação
em Políticas Públicas – PPGPP. Universidade Federal do Piauí – UFPI

E-mail: solangeufpi@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8438810880127194>

OCID.: <http://orcid.org/0000-0002-8570-5311>

Juliana Lima de Carvalho

Doutoranda do Programa de pós Graduação e Políticas Públicas – PPGPP.

Universidade Federal do Piauí – UFPI

E-mail: juliana.lima28@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6618-5920>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7470446216238068>

RESUMO

O projeto socialdemocrata dos partidos trabalhistas resultou em reformas nas políticas sociais. A partir de 1980, com a crise capitalista global nos anos de 1970, ascende a denominada Nova Direita que subtraiu direitos trabalhistas e sociais e deu margem para que uma parte desta denominada Nova Direita se extremasse no conservadorismo e no ultraneoliberalismo. O objetivo deste artigo é analisar as repercussões nas políticas sociais dos diferentes projetos ideo-políticos de governo, apontando os desafios de remar contra a maré neoliberal para os governos de conciliação de classes no Brasil. Trata-se de uma pesquisa analítica e qualitativa, de base bibliográfica escolhida intencionalmente para atender aos objetivos propostos. O método de exposição inicia com a primeira sessão que aborda conceitualmente a denominação da emergente Nova Direita até sua agudização em grupos de extrema direita de cunho religioso, militar e neoconservador. Na segunda, analisa a Nova Direita no Brasil e posterior a 2016 suas expressões de extrema direita com o governo de Jair Bolsonaro e as contrarreformas implementadas. Na última sessão, problematizamos as possibilidades de retorno do neodesenvolvimentismo e de um governo de conciliação de classes, seus desafios e possibilidades.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Extrema Direita. Políticas Sociais.



1 INTRODUÇÃO

Desde o final do século XIX, a nova etapa do capitalismo monopolista imperialista superou o modelo anterior dos livres mercados. As demandas do capital monopolista e dos trabalhadores organizados em sindicatos e partidos políticos deu origem ao denominado Estado social, iniciando um ciclo de políticas públicas reformistas, de inclusão com base na cidadania e direitos sociais que permanece inalterado até o início dos anos de 1970. Entretanto, com a crise global do capitalismo na segunda metade dos anos de 1970 e as saídas da crise liderada pela burguesia e Estado, nasce a denominada Nova Direita, um caleidoscópio de propostas que tem em comum a defesa do neoliberalismo e do neoconservadorismo (Pereira, 2016). Logo, contrária aos partidos trabalhistas e suas coalizões, assumem a defesa da liberdade individual, econômica, dos livres mercados, com menos participação do Estado na oferta de políticas e serviços, redução de direitos sociais e do trabalho que avolumaram os gastos públicos e hipertrofiaram o Estado.

Assim, a busca coletiva (burguesia e seus intelectuais orgânicos, como FMI, Banco Mundial, União Europeia, dentre outros) por resposta à crise econômica, política e social da ordem burguesa e a suposta crise do Estado social, forneceu subsídios necessários para a construção de uma variedade de ideologias contrárias ao Estado social ancorado na universalidade e equidade das políticas sociais. Apesar de suas oposições e variações teóricas se uniram em torno de um ideal comum: crítica ao modelo intervencionista do Estado posto em prática nos regimes democráticos europeus e que se difundiram em todos os continentes com maior ou menor força e financiamentos, defesa incontestada do neoliberalismo e do neoconservadorismo nos valores sociais. A especificidade que garante a diferenças desta direita em relação às anteriores está que os valores e posições políticas não são ancorados na velha ordem social pré-capitalista aristocrata e que se diferenciavam dos liberais, denominados de modernos e progressistas.

A Nova Direita expandiu o neoliberalismo no Ocidente e após três décadas de políticas neoliberais nos EUA, União Europeia, América Latina, dentre outros, os discursos se radicalizaram e emerge como parte desta Nova Direita, a extrema direita, que vem se alastrando pelo ocidente, pautados no neoconservadorismo dos costumes e valores tradicionais e no ultraneoliberalismo autoritário, antidemocrático, neofascista. Como esta tendência se expressa no Brasil? Quais as repercussões nas políticas sociais e nos direitos sociais e trabalhistas? São algumas das problematizações que guiaram a pesquisa bibliográfica e que nos levaram a abordagem qualitativa de escolha intencional das referências para dar respostas às problematizações levantadas.

A exposição da fundamentação teórica e dos resultados estão divididos em três sessões: a primeira, aborda a subsunção do neoliberal, a direção política que o expandiu, a denominada Nova Direita que após quatro décadas abriu possibilidades para a extrema direita ascender ao poder e difundir sua visão de mundo. Na segunda, é discutida a o avanço da extrema direita no Brasil, via



contrarreforma nos direitos sociais, trazendo ao debate como a direita extremada no Brasil se personificou no governo de Jair Bolsonaro e contribuiu no processo de contrarreforma que desencadeou no desmonte das políticas sociais e a subtração dos direitos sociais. Na última sessão problematiza-se os desafios e possibilidades da retomada do neodesenvolvimentismo no Brasil com o terceiro governo de Lula, diante de um país em ruínas deixado por Bolsonaro e de avanço do neoliberalismo como uma superestrutura.

2 A EMERGÊNCIA DA NOVA DIREITA, EXTREMA DIREITA E A RECONSTRUÇÃO DO ESTADO REGULADOR E PROTETOR DO MERCADO

De início é importante destacar que a história do modo de produção capitalista pode ser contada por uma sucessão de crises inerentes a esse modo de produção que, diferente de outros momentos da humanidade, não se constituem como crises de escassez, mas, como crises de superacumulação, quando os capitais existem em excesso e não conseguem, assim, realizar suas expectativas de lucro. (Brandt; Cislighi 2020).

A resposta da classe dominante a crise do capitalismo, se diferencia pelas escolhas das melhores estratégias de novos investimentos e reprodução ampliada do capital. A crise de 1930 deu origem ao modelo fordista/keynesiano do Estado social intervencionista para garantir a expansão do capitalismo na etapa da exportação de capitais, de mercadorias e das transnacionais. Essa etapa ou modelo de acumulação monopolista e imperialista deu origem ao Estado social, pressionado pelas lutas dos trabalhadores e projeto expansionista do capital, logo, a era reformista, progressiva dentro da ordem capitalista para garantir a sua legitimidade

A crise dos anos de 1970, também uma crise de superacumulação, quando já se esgotara as demandas de inserção hipertrofiada do Estado, visto que era necessário novas formas de acumulação, tanto financeira como na área dos serviços. Neste contexto já não interessava mais um Estado hipertrofiado, denominado agora de burocrático, de gasto excessivo, de gerador de ócio remunerado, desamor ao trabalho e a desresponsabilização individual e familiar pela sua trajetória de vida e de cobertura dos riscos sociais. O neoliberalismo tem início tímido, mas potente na Inglaterra, EUA e Chile. É impulsionado pelos ditames do Consenso de Washigton para a América Latina e Europa Oriental. Mas, depois da crise financeira dos anos de 2008, passa a se constituir como “nova razão do mundo” (Dardot; Laval, 2016), denominado pelos marxistas de superestrutura (jurídica, política, ideológica e cultural) do modelo de acumulação flexível, globalizado e financeirizado.

No entanto, de acordo com Lacerda (2019), a virada neoliberal para se recuperar da crise de acumulação do capital, passou a exigir um novo projeto hegemônico que foi a aliança paradoxal entre neoliberalismo e neoconservadorismo. A racionalidade neoliberal voltada para a satisfação de necessidades ampliadas do mercado, mercadorização, individualismos, que colide com a racionalidade



da coletividade, da desmercadorização e desfamiliarização da etapa anterior, ou seja, direitos sociais e trabalhistas.

A Nova Direita e a conjunção entre neoliberalismo e neoconservadorismo, conforme Pereira, (2016), embora pareça paradoxal a união. E esse paradoxo é explicado por Brown (2023) quando afirma que neoliberalismo e conservadorismo são ideários políticos convergentes em vários sentidos, pois ambos, são antidemocráticos, se fundamentam na ordem gerada pelos mercados, defendem um Estado enxuto, menor e sem interferência na ordem natural dos mercados livres; atuam contra a liberdade política e a igualdade entre os cidadãos, pois, consideram as desigualdades naturais, necessárias, devendo haver as liberdades individuais e a igualdade meramente formal; valores tradicionais devem prevalecer como da propriedade privada, família tradicional e bons costumes. Para a referida autora, o neoliberalismo transforma os problemas coletivos em problemas individuais com soluções de mercado e defende o estatismo do modelo empresa, em que normas democráticas são substituídas por critérios de eficiência e lucro. Já o neoconservadorismo, em compensação prepara o terreno para as características autoritárias da governança neoliberal porque o discurso político-religioso permite mobilizar uma cidadania submissa.

Nova Direita também caracteriza os partidos que emergem na Europa Oriental, após as experiências de socialismo e a defesa dos mercados, valores tradicionais, abertura comercial e desregulamentação financeira. Assim, se difere dos conservadores aristocratas e pró-Antigo Regime, dos bonapartistas, fascistas, nazistas, outra tendência de direita, mas ancorada no nacionalismo, no racismo. A atual Nova Direita é neoliberal e neoconservadora.

Segundo Brown (2023) o neoconservadorismo em parte é uma resposta a erosão da moralidade no capitalismo de planificação estatal de inclusão de minorias pelas políticas de cotas, de equidade e de universalidade que significam expansão de valores coletivistas do socialismo e comunismo. O neoconservadorismo trata-se do preenchimento do vazio deixado pelo Estado social, agora com valores morais rígidos, não da ordem anterior, mas da nova ordem burguesa, que emana dos livres mercados, das hierarquias naturais, opostos ao comunismo, a distribuição de renda e a socialdemocracia.

Harvey (2005) denomina essa atual etapa do capitalismo financeira de modelo de acumulação por espoliação, que expropria as terras comuns ou bens comuns, como as políticas sociais que são precarizadas ou privatizadas; os bens estatais; da natureza, terra indígenas, água, energias, comunicações, tudo que antes era estatal. A expectativa é que todas as formas de solidariedade coletivas sejam dissolvidas em favor do individualismo, do mercado, da propriedade privada. A retomada da responsabilidade pessoal e familiar é usada para justificar corte dos gastos públicos, focalização nos extremamente pobres na intervenção estatal, as privatizações e redução dos direitos sociais e trabalhistas.



No mesmo sentido, Lacerda (2019, p.52) entende que a “ideologia antiestatista, fundada na supremacia branca, na defesa da família patriarcal e no fundamentalismo protestante” dá suporte ao desmonte de políticas de bem-estar que são de interesse de grande parte da população. Nas palavras de Lacerda (2019, p.58),

[...] o neoconservadorismo é um movimento político que forjou um ideário privatista (defende o predomínio do poder privado da família e das corporações), antilibertário (a favor da interferência pública em aspecto da vida pessoal, neoliberal (contra a intervenção do Estado para a redução das desigualdades), conservador (articula-se em relação ao estado de bem-estar, ao movimento feminista e LGBT) e de direita (se opõe a movimentos reivindicatórios que buscam maior igualdade de direitos).

O que se pode entender a partir da autora é que o neoconservadorismo é uma um conjunto de preferências, um modo de pensar, uma mentalidade ligada ao militarismo, ao absolutismo do livre mercado, valores cristãos, ódio ao gênero, a classe, a raça. Nesta chave de pensamento, Brown (2023, p. 16) afirma que a “racionalidade neoliberal preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças ferozmente antidemocráticas na segunda década do século XXI”. E assim a autora descreve,

[...] a composição da [...] extrema-direita (formações políticas nacionalistas autoritárias brancas) se deve à raiva instrumentalizada dos indivíduos abandonados economicamente e ressentidos racialmente, mas também delineada por mais de três décadas de assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade (Brown, 2023, p.17).

Assim, após quatro décadas de políticas neoliberais antidemocráticas, criou terreno propício para que setores da Nova Direita se radicalizassem ainda mais, emergindo a extrema direita. Os adeptos da extrema direita, defensores das liberdades individuais se opõem frontalmente às políticas sociais de cariz universalizante, por gerarem preguiça, desamor ao trabalho, desresponsabilidade familiar e individual, ou seja, a socialdemocracia, mas também são autoritários e antidemocráticos, pois, para estes a democracia deve ser estritamente liberal, votar e ser votado, dando uma carta em branco para os governantes. Os valores tradicionais decorrentes da ordem burguesa, devem emanar desta ordem e não precisam da interferência do Estado, exceto para sua garantia.

Todavia, a extrema direita não é contra a interferência do Estado, no entanto, este deve ter a função de restaurar a autoridade moral e tradicional, bem como salvaguardar o mercado de sua livre ação e socorrê-lo quando precisar. Também é favorável a proteção social pública, via transferência monetária de renda mínima, com condicionalidades para os estritamente pobres, deixando os demais para satisfazer suas necessidades no mercado.

De acordo com Pereira (2020), diante das demandas sociais, o governo na extrema direita atua em 3 frentes:

[...] a primeira coopta e descaracteriza os movimentos sociais em suas lutas anticapitalistas, transformando-as em luta representativa identitária. A segunda se refere a um duplo sentido, de um lado exalta o indivíduo e a sua liberdade e de outro lado, enfraquece as reais



possibilidades de mecanismos de participação popular e democrática; ou qualquer outra forma de modalidade de participação social; e terceiro é que através de um discurso e argumentos racionais a oposição a proteção social comprometida com o atendimento as necessidades sociais pois confundem necessidades humanas como demandas individuais uma vez que acreditam que o Estado não pode oferecer soluções para demandas individuais. (Pereira, 2020, p131).

Para a extrema direita o Estado intervencionista é ineficiente, incapaz de reduzir a pobreza e os comportamentos desviantes que dela decorrerem, uma vez que nem todos os problemas sociais deveriam ser enfrentados, pois, alguns são considerados como naturais e espontâneos, ao mesmo tempo tudo que não for essencial para o bom funcionamento do capitalismo é considerado fracasso individual e de inteira responsabilidade dos indivíduos, incompetentes, desajustados, para com os quais o Estado não deve se comprometer e cuja saídas devem ser buscada nas suas famílias, comunidades e mercados.

No Brasil, a Nova Direita emerge com os governos de Collor de Melo, Itamar Franco e FHC e visaram inserir o país na era da globalização, da acumulação flexível e expandir a ideologia neoliberal e suas contrarreformas. Foi interrompida por treze anos pelos governos do PT, denominados de neodesenvolvimentismo, uma versão brasileira da socialdemocracia de conciliação de classes. Essa conciliação, entretanto, desde 2013, já não interessava mais à parte da burguesia nacional, que orquestrou o golpe com o apoio do PMDB, partido de centro-direita, que assume o poder executivo em 2016.

Nos EUA a extrema direita ascende com o governo de Trump, com uma política antimigratória, que mobilizou os conservadores. Na União Europeia os parlamentos e primeiros-ministros de direita, conservadores, predominam em alguns países. Até mesmo em países de socialdemocracia há adeptos aos partidos de extrema direita pelos discursos antimigratório, políticas ativas de trabalho, redução de gasto público, dentre outros, mesmo que não tenham ascensão ao executivo.

No contexto brasileiro, o exemplo de extrema direita que acende ao executivo de 2019 a 2022, foi o governo de Jair Bolsonaro e ainda nos dias atuais tem as maiores bancadas seja no senado ou na câmara dos deputados, com defesa do conservadorismo nos valores e neoliberalismo exacerbado ou clássico.

3 O AVANÇO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL E AS CONTRARREFORMAS NEOLIBERAIS DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Os efeitos da crise de 2008 começaram a ser sentidas no Brasil em 2014 e a reeleição de Dilma Rousseff, com pequena margem de diferença na votação, se encerrou no golpe parlamentar, jurídico e midiático articulado por representantes da burguesia antigos aliados, inclusive Michael Temer, seu vice-presidente, que assumiu o governo e se manteve até as eleições de 2018, apesar dos recordes de impopularidade.



O governo golpista de Temer, numa lógica de retorno do neoliberalismo, agora sob o signo do ultraneoliberalismo, que expressa a radicalidade do ajuste fiscal, consegue a aprovação da Emenda Constitucional, n.95/2016 que estabeleceu o teto dos gastos primários, que congelou em 20 anos qualquer aumento real de recursos para políticas públicas no orçamento da União, representando um avanço qualitativo no ajuste fiscal permanente que marcou o modelo econômico neoliberal no Brasil desde o fim da ditadura (Behring,2008). Além disso, aprovou a Reforma Trabalhista que subtraiu direitos conquistados pela classe trabalhadora, abrindo caminho para a aceitação de um discurso ultraneoliberal ancorado em valores tracionais.

Assim, de 2016 a 2022, estivemos sob um golpe de Estado de novo tipo (Demier, 2017), não mais militar, pelas forças armadas impondo um novo Estado, mas em sua versão moderna, em nome da lei e que tem em seu cerne o aprofundamento do ajuste fiscal, chamado de Novo Regime Fiscal. Essa perspectiva clássica de neoliberalismo retorna de forma agressiva, antidemocrática e autoritária movida pelo discurso do ódio aos diferentes e opositores.

A ascensão de Bolsonaro, do partido liberal de extrema direita, se deve a dois fatores políticos importantes, de acordo com Cogiolla (2020): o primeiro foi a cassação e a prisão do ex-presidente Lula, com o disparo das *fake news* contra a chapa PT e PC do B; e o segundo foi o fracasso do governo Temer e dos partidos direita para impor uma mudança governamental em seu favor, o que expressou o avanço das forças armadas ou de um representante militar e a recuperação do seu poder político. A vitória Jair Bolsonaro a presidência do Brasil, teve o efeito de uma bomba internacional, colocou o país em comoção política, e no mundo inteiro passaram a ser discutidas as consequências da extrema direita no poder.

Nos primeiros meses de governo Bolsonaro, desmonta os mecanismos de participação democrática da sociedade civil nas instancias de deliberações, através da extinção de vários conselhos e outros órgãos colegiados, muito desses conselhos e órgãos colegiados possuem atribuições essenciais para a execução de políticas públicas importantes. O que implica em descumprimento constitucional, pois, os conselhos são órgãos colegiados deliberativos previstos na carta magna, e são instancias de controle democrático, que asseguram ao cidadão a participação na democracia. (Pereira, 2020). Mostrando a face antidemocrática, ou restritiva de democracia daquele governo.

Os maiores dos feitos deste governo na lógica ultraneoliberal e neoconservadora, foram a condução da política econômica pelos princípios neoliberais; a contrarreforma da Previdência Social, que subtraiu direitos sociais ao ampliar o tempo de contribuição e de idade para aposentadoria. Representou a tentativa de aprovar um modelo de capitalização e de redução de benefícios assistenciais nesta política que felizmente não foram aprovados.

Somado ao contexto das contrarreformas como os cortes na Política de Assistência Social, veio a pandemia da Covid 19, com graves efeitos sanitários e econômicos, mas a opção pelo econômico



teve consequências na concentração e centralização do capital e milhares de vidas ceifadas. O acirramento das desigualdades sociais se torna visíveis na mortalidade, agravamento e adoecimento na pandemia, pois, o afastamento social e as medidas sanitárias para reduzir o contágio não poderiam ser seguidas pelos mais pobres, por condições precárias de abastecimento de água e esgoto, condições de moradia, precarização de vínculos e condições de trabalho e ampliação do desemprego, aumento do preço dos alimentos. Segundo dados da Oxfam (2020) a pandemia significou ampliação das desigualdades entre classes sociais e profunda concentração e centralização do capital, em detrimento de pequenos negócios.

Cabe notar que, mesmo com a inflexão da pandemia da Covid-19, com maior incidência nos dois primeiros anos (2020 e 2021), não houve recuo na agenda ultra neoliberal, que combinada à crise sanitária, com resultados catastróficos, assumindo o perfil de genocídio em massa e que atingiu, sobretudo, a classe trabalhadora em seus setores mais empobrecidos, a partir de um discurso que submeteu a defesa da vida à economia.

Apesar disso, adotou-se algumas medidas de proteção, ainda que tardiamente, após movimento de lutas e de reivindicações, como a compra de vacinação e a criação de um benefício assistencial para os mais pobres, denominado de Auxílio Emergencial (AE), com o propósito de garantir uma renda mínima aos brasileiros mais afetados durante a pandemia do novo coronavírus, o AE foi direcionado aos trabalhadores informais maiores de 18 anos, contribuintes ou não ao INSS, que não recebessem nenhum outro benefício do Governo Federal (com exceção do PBF).

De acordo com Junior, Miguel e Filgueira (2023), o balanço dos quatro anos trágicos do governo Bolsonaro, que pode ser resumido pelos fatos a seguir: ataques às instituições e aos fundamentos do Estado Democrático de Direito; desemprego em alta, queda da renda e aumento da pobreza e da fome; deterioração das relações internacionais e a transformação do país em pária; negacionismo na gestão da pandemia, que levou a quase 700 mil mortes pelo Covid-19; queimadas e desmatamento recorde da floresta amazônica e ataques aos povos originários; sucessivos cortes no orçamento das universidades, ameaças à autonomia docente e intervenção em diversas instituições; disseminação de uma cultura de ódio e violência nas escolas; criminalização, censura e falta de investimento na cultura, nas ciências sociais, dentre outras. (Rocha, 2021).

A extrema direita representa no contexto brasileiro, de acordo com Pereira (2020), como alternativa à crise do capital que teve seu auge em 2008 e se perpetua, tem como base de atuação o combate à corrupção sistêmica, a implantação de uma nova política que não se fundamenta em acordos, dentre outros. Todavia, liderada por “homens de bem” e de “família” acompanhados de belas mulheres recatadas e do lar, com discurso falacioso, mas encantador que associa militares, empresários e mercado a honestidade, ao pulso firme, a disciplina e a correção” (Pereira, 2020, p.119), assolaram o

país e sua economia ao definir preços pelo preço do mercado mundial, dominado pelo grande capital financeirizado.

Desse modo, a extrema direita, se apodera de uma base material forte e sustentada “a ferro e fogo por práticas políticas socialmente predatórias e politicamente desmobilizadoras, guiadas pela lógica concorrencial do mercado que submete tudo inclusive o poder do Estado” (Pereira, 2020, p 121) como resultado de tais práticas se encontra, no crescimento do desemprego, a prevalência do trabalho precário e desprotegido e o crescimento elevado da desigualdade social.

É por essa razão que o Estado de direito que esse partido diz respeitar e fortalecer, mas numa dimensão de Estado mínimo, “nunca foi minimalista” ao contrário é “intrusivo tem a intenção de refrear o inconformismo e a ação coletiva, resultando a criminalização dos movimentos sociais ou qualquer ação coletiva que ameace o status quo do Estado neoliberal. (Pereira, 2020)

O balanço desses governos de centro-direita e extrema-direita, no entanto, demonstra que seus efeitos reais ficaram muito aquém das expectativas de suas bases sociais. Ao contrário, a manutenção das políticas econômicas de sustentação do ultraneoliberalismo só garantiu pequenos avanços econômicos, que concentraram ainda mais a renda e ampliaram as desigualdades sociais. A nova política na verdade foi uma fake News, pois, sempre se valeu dos acordos com o centrão sob a égide da corrupção.

4 III GOVERNO DE LULA: É POSSÍVEL O RETORNO DO NEODESENVOLVIMENTISMO E A CONCILIAÇÃO DE CLASSES?

De acordo com Santos (2024) em relação ao governo Lula, a expectativa é que esse terceiro mandato de Lula seja orientado à reconstrução de muitas das capacidades de gestão da máquina pública, que foram fragilizadas no mandato anterior. Então, a avaliação deste primeiro ano do terceiro mandato de Lula deve considerar alguns obstáculos e desafios gerados pela:

1) a herança do período anterior (políticas de austeridade econômica, pandemia da Covid-19 e a eclosão da Guerra da Ucrânia); 2) a expansão eleitoral da extrema-direita ao redor do mundo nos últimos anos; 3) os limites de construção de governos de coalizão, que tiveram sua maior crise em 2016 (Santos, 2024, p.38)

Por governos de coalização entendemos, o sistema de governo brasileiro, surgido da Constituição de 1988 veio a ser chamado de Presidencialismo de Coalizão – expressão do cientista político Sérgio Henrique Abranches (1988) – justamente pela forma como o presidente precisa se portar perante o Congresso Nacional, ou seja, afeta várias escolhas do presidente, como a indicação da sua equipe de ministros, por exemplo. Trata-se de um arranjo político-institucional que se deve ao ato de fechar acordos e fazer alianças entre partidos políticos e forças políticas em busca de um objetivo específico.

É a forma com a qual o Poder Executivo no Brasil conduz a administração pública, distribuindo postos administrativos em busca de apoio político e a formação de uma maioria parlamentar. Nesse sentido, podemos compreender que, para que um governo consiga colocar em prática sua agenda governamental, se faz necessário criar uma base de sustentação, de apoio, no Poder Legislativo. Por meio do Presidencialismo de Coalizão é possível ver a união de diversos partidos em prol de uma agenda de governo que pode beneficiar a população como um todo.

Contudo, Branches (1988) se refere aos pontos negativos do Presidencialismo de Coalizão, é que esse sistema tem um papel muito mais estratégico para os partidos e representantes do que para a população em si. A formação de uma coalizão ocorre para que determinado candidato ou partido vença as eleições presidenciais e que outros ganhem cargos nesse governo. A população, nesse caso, não está em primeiro plano, há ainda a constante iminência de crises: caso o Executivo conte com um Presidente pouco hábil na arte de negociar, poderá ter sua governabilidade reduzida. Embora o Executivo conte com poder de agenda e tenha a competência constitucional de legislar, o Legislativo tem nas mãos o poder de votar projetos de interesse do governo, podendo atrapalhar a execução de políticas públicas ao não votarem seus projetos. Logo, o Presidencialismo de Coalizão pode gerar instabilidade na ordem política do país.

Por isso, iniciado o governo Lula, mais uma vez assistimos: a esquerda elegeu o presidente da República, mas não consegue colocar em prática os aspectos fundamentais do seu programa político, em particular a sua agenda econômica, explicitado claramente por Lula ao longo de todo o processo eleitoral. Essa constatação não traz nenhuma novidade em relação aos governos anteriores, inclusive os do próprio Lula, que operaram por meio de um “presidencialismo de coalizão” singular, no qual o Executivo garante apoio e aprovação para seus projetos distribuindo verbas, ministérios e cargos de influência nos órgãos estatais federais aos parlamentares (Miguel, 2022). Assim, nesse início, a conjuntura apresentava então circunstâncias contraditórias e bastante diferentes das existentes nos governos petistas anteriores.

Ainda de acordo com a análise de Miguel (2022), o autor identifica elementos que dificultam a constituição de um governo “progressista” (mais à esquerda) – a desconstrução-aparelhamento de órgãos fundamentais do Estado feita pelo governo Bolsonaro, a desorganização das finanças públicas, a sempre presente pressão do “mercado” para execução de um ajuste fiscal permanente, a atuação agressiva do bolsonarismo para bloquear permanentemente qualquer iniciativa governamental e a própria sub-representação da esquerda, já mencionada, no Congresso Nacional.

A extrema direita, nas suas vertentes (neo)fascista e ultra neoliberal, já dava mostras de que iria trazer desafios ao governo. Trata-se de uma das características da “crise da democracia”, tal como identificada mesmo pela Ciência Política mais conservadora: a ausência de moderação de uma oposição que se dispõe a derrubar o governo a qualquer preço, o desprezo pelas regras tácitas da disputa



política, o esforço para manter a tensão sempre em elevadíssimo nível, a fim de produzir o fracasso na gestão estatal (Miguel, 2022).

É uma situação singular, um jogo diferente daquele que foi jogado nos dois mandatos anteriores de Lula: de conter o governo, esvaziar seu ímpeto transformador, obrigá-lo a compromissos com o status quo, a tentativa de destruí-lo, de impedi-lo de exercer, de fato, a tarefa para qual foi eleito, isto é, governar em moldes progressistas, retornar o neodesenvolvimentismo, ou seja, de crescimento econômico com política social de inclusão social.

Antes mesmo do novo governo assumir, inconformados com a PEC da transição, que propôs a retirada permanente (ou durante os quatro anos do Governo Lula) dos recursos do novo Bolsa-Família do “teto de gastos”, atuaram ativamente para desidratá-la, conseguindo reduzir o seu alcance para apenas um ano. O objetivo dessa PEC, indispensável para o exercício de uma governabilidade mínima, foi o de abrir espaço no orçamento para outros gastos sociais prioritários e os investimentos públicos.

No início do governo, a tática discursiva era de que o governo Lula deveria ser um governo da frente ampla que o elegeu. Mas, na verdade, aceitaram um eventual governo de frente ampla, mas o subordinaram a cartilha neoliberal. Assim, reconhecem retoricamente a desigualdade, a pobreza e a fome existentes no país, mas não estão dispostos a enfrentá-las, pois, para eles (burguesias nacionais associadas ao capital financeiro estrangeiro e seus intelectuais orgânicos) o orçamento tem que continuar subordinado ao capital financeiro, priorizando o pagamento dos juros da dívida pública. Em suma, o ajuste fiscal permanente deve ser a prioridade do “governo de frente ampla” (Santos, 2024).

Deve-se considerar que Lula deve a sua vitória, principalmente, à população mais pobre do país (que ganha até dois salários-mínimos), e que se expressou em outros segmentos sociais (mulheres, negros e LGBT) e regionalmente (Nordeste) massacrados, desqualificados e estigmatizados pelo governo anterior. Sua campanha foi dirigida, fundamentalmente, para responder às necessidades e reivindicações desses segmentos: o combate à fome (com destaque para um novo Bolsa-Família muito mais robusto); o aumento real do salário-mínimo; a recuperação do financiamento da merenda escolar e da farmácia popular; a retomada da política habitacional voltada para as famílias de baixa renda; a volta dos investimentos públicos e a defesa de políticas de proteção dos direitos das “minorias”.

Mesmo diante dos desafios enfrentados nesta conjuntura, podemos considerar e apontar alguns avanços significativos no aspecto econômico temos: aumento e valorização do salário mínimo acima da inflação, classificado por Lula como “intocável”, a política de valorização do salário mínimo tem reflexos positivos não só na vida de trabalhadores e aposentados como também em todas as categorias.; inflação sob controle; aumento recorde da renda média dos trabalhadores; menor taxa de desemprego em 10 anos; recorde de empregados; estabilidade nos preços de combustíveis e alimentos, dentre outros.



Em relação às políticas sociais já promoveu o resgate de 24 milhões de brasileiros de quadro de insegurança alimentar através do incremento dos programas sociais, entre eles o de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA); o recorde de famílias beneficiárias no Bolsa Família que, após as tentativas de desestruturação do governo anterior, voltou a ser pilar fundamental da rede de proteção social do governo federal. Com a inserção de mais 200 mil famílias, o programa teve alcance recorde em junho de 2024, de 21 milhões de famílias, com orçamento de R\$ 14,23 bilhões e valor médio de R\$ 683,75 por família a partir do aumento de 12%. Na saúde, ampliou o Programa Mais Médicos que em 2023, chegou a mais de 25.400 profissionais, um aumento de 105% em relação a 2022. A meta para 2024 é de 28 mil médicos ativos. 86 milhões de pessoas são beneficiadas pelo programa e 744 novos municípios passaram a ser atendidos.

Na política de educação, o governo atual implanta a Escola em tempo integral e reajuste da merenda escolar - uma das maiores crueldades dos governos Temer e Bolsonaro foi o congelamento do valor da merenda escolar, que foi prontamente revisado por Lula logo no início de 2023, com aumento de 39% no valor repassado pelo governo federal, que foi de 36 para 50 centavos por dia para cada aluno matriculado no ensino básico da rede pública, além de indígenas e quilombolas, crianças na pré-escola e em creches e estudantes em escolas de tempo integral. O programa visa o aumento das vagas em tempo integral, ofertando jornada igual ou superior a sete horas diárias ou 35 horas semanais, com investimentos que devem chegar a R\$ 4 bilhões até o final de 2024, e a R\$ 12 bilhões até 2026, com a previsão de 3,2 milhões de novas vagas. Segundo o MEC, 100% dos estados e de 84,3% dos municípios brasileiros já aderiram

Em relação a carga tributária, bem buscando novas fontes que não onere os mais pobres, como as taxas de produtos exportados. A isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 2.824,00. O governo garantiu a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até dois salários-mínimos por mês a partir de 2025, beneficiando 15 milhões de brasileiros. Até o final do mandato, Lula garantiu que isentará do imposto aqueles que ganham até R\$ 5 mil por mês.

No plano do desenvolvimento econômico não reeditou a aceleração do crescimento, carro diretor do neodesenvolvimentismo anterior, mas já garantiu a volta do país ao ranking das 10 maiores economias do mundo. O Brasil foi a sétima maior economia do mundo entre 2010 e 2014, durante os governos do PT. Depois do golpe de 2016 foi perdendo posições até despencar para a 11ª em 2022. Com menos de dois anos de mandato, Lula recolocou o Brasil na 8ª posição no ranking das maiores economias do mundo, do Fundo Monetário Internacional (FMI). O crescimento de 0,8% do PIB no primeiro trimestre de 2024 resultou em alta acumulada de 2,5% nos quatro trimestres encerrados em março, o que levou o Brasil a subir de posição, ultrapassando a Itália. Esse crescimento econômico é base da política de conciliação de classes, que possibilita a aceitação dos dominantes de políticas



sociais, mas impõem o direcionamento da focalização separada das políticas universais, não mais desejadas pela burguesia.

Deve-se ressaltar que Lula ganhou a eleição com o voto dos mais pobres, dos nordestinos, assumindo o compromisso de fazer um governo que novamente teve foco nas políticas sociais inclusivas dos que mais sofrem com as desigualdades sociais. Caso o governo falhe nesse compromisso básico, não é apenas a carreira política de Lula que chegará a um fim melancólico ou o PT que sofrerá. Um eventual fracasso do governo Lula, como se observou nos anos que sucederam ao golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016 (Jinkings, 2016; Pinheiro-Machado; Freixo, 2019), será o combustível necessário para o crescimento da extrema direita, que poderá vir a ter grandes chances de retornar ao poder, com ou sem Bolsonaro. Reafirmará, para vastas camadas da população, que a democracia não funciona, torna o Estado e o governo impraticáveis, restando apenas ceder poderes para os governantes que em nome da eficácia e eficiência governam sem relação com o povo que os elegem.

5 CONCLUSÃO

Embora o Estado capitalista, seja sempre um “comitê executivo da burguesia”, “estrutura política do capital” dos interesses dominantes, ele é perpassado pela luta de classes, pelas correlações de forças, pelos interesses antagônicos. Assim, a depender do projeto ideo-político defendido pelos partidos políticos dos governantes implicará de forma diferenciada nas políticas públicas, especialmente, as de cunho social, seja abrindo uma época de reformas ou ao contrário uma época de contrarreformas, pois, ao invés de inclusão restringem os acessos, precarizam e privatizam as políticas sociais.

A era reformista é uma exceção no contexto capitalista atual, depende das conjunturas e forças políticas em cada país. Desde a crise do capitalismo financeiro de 2008, o neoliberalismo se coloca como a única alternativa a ser seguida, abrindo possibilidades para a retomada do ultraneoliberalismo, ainda mais acirrado na lógica do ajuste fiscal, de redução do gasto público, fundamentado em discursos neoconservadores que difundem ódio aos diferentes e opositores.

No contexto de predomínio das contrarreformas posta em prática pelo avanço da extrema direita, a lógica restritiva e de subtração de direitos é a norma a ser seguida e aceita, legitimada. No governo de exceção a esta lógica, sofre com a desconstrução dos governos anteriores e as pressões nacionais e internacionais de mante-se no ajuste fiscal, crescer e desenvolver o país na margem do esperado. As críticas versão sobre o gasto governamental com estruturas ministeriais e programas sociais. Assim, potencializam-se os desafios para a retomada do neodesenvolvimentismo.

O que está hoje em disputa é o fundo público, no qual o capitalismo financeiro buscar maior fatia, impondo restrições a outras despesas, como o gasto social. A lógica restritiva do ajuste fiscal quer igualar todos os governos independentes de suas filiações ideo-políticas, deixando sem saída os



que são contrários a interpretar os direitos sociais como gasto e não investimento. Logo, com o ajuste fiscal são os direitos sociais dos quais a extrema direita faz questão de negligenciar e precarizar através da oferta de poucos recursos que mal conseguem cobrir as políticas sociais seletivas e focalizadas aos mais empobrecidos. Atingindo seus fins de minar a proteção social pública estatal e universalizante.

A Nova Direita, constituída das vertentes neoliberais e neoconservadoras, colocaram em prática políticas neoliberais que minaram a democracia e a socialdemocracia. Os partidos trabalhistas estão num beco sem saída, mas ainda fazendo a diferença por adotarem programas sociais mais inclusivos, diminuindo o efeito do desmonte estrutura pública dos direitos sociais, no Brasil, na Constituição Federal de 1988. Até quando poderão resistir? Ter apoio popular e de parte da burguesia nacional?

No modelo de acumulação por espoliação a monetarização, financeirização, privatização, focalização, familismo¹, refilantropização², falam mais alto do que a proteção social pública. Tudo que foi sólido se desmanchou no ar, para ceder lugar ao capitalismo financeiro e neoliberal. Haveremos de resistir e lutar sempre!

¹ É o processo de responsabilização das famílias nas políticas sociais, em que as famílias são convocadas como uma das principais instâncias pela provisão de bem-estar social. Miotto (2018).

² Visa à substituição da lógica da cidadania, tendo como base o não reconhecimento dos direitos sociais historicamente conquistados, pois está alicerçada num discurso humanitário da solidariedade e da filantropia, alavancado por uma moralidade de ajuda aos necessitados. (Yazbek, 2001)



REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Teresa Gonzaga. Conteúdos ideológicos da nova direita no município de São Paulo: análise de surveys. *Opinião Pública*, v. 6, n. 2, p. 187–225, out. 2000. Acesso em set. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/FDp4knXfNn5TRs7xBCsNm8r/#> Barcelona, Ariel, 2000.

BEHRING, Elaine Rossetti; Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Cortez, 2008.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Tradução por: Mario A. Maurino, Eduardo Altheman c. Santos. São Paulo, politeia, 2023.

BRANDT Daniele Batista; CISLAGHI, Juliana Fiuza; Desmonte e financeirização da seguridade social em tempos de pandemia. In MAURIEL, Ana Paula Ornellas; KILDUFF

Fernanda; SILVA, Mossicleia Mendes da; LIMA Rodrigo Silva; GAMA Andréa de Sousa. (Orgs.) Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

COGGIOLA, Osvaldo, prefacio. In: PEREIRA, Potyara Amazoneyda Pereira. Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social, São Paulo , Cortez, Politiza, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, Felipe. Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauadx, 2017.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare state. In: Lua Nova. Rio de Janeiro, nº. 24, 1990.

ESPING-ANDERSEN, Gosta *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge, Polity Press, 2000.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005

LACERDA, Marina Basso. O novo conservadorismo brasileiro: de Reagrn a Bolsonaro. Porto Alegre, Zouk, 2019.

LIMA SOBRINHO, Jodeylson Islony de. *CRISE DO CAPITAL, CONSERVADORISMO E “CAPTURA” DA SUBJETIVIDADE PROFISSIONAL: implicações na cultura crítica do serviço social*. 2022. 211 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Ppgss, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Ufrn, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49448>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e proteção social: intervenções profissionais contemporâneas? In: TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho com família: no âmbito das políticas públicas. Campinas: Papel Social, 2018, p. 25-44. Rio de Janeiro, nº. 24, 1990.

PEREIRA, Potyara Amazoneyda Pereira. Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social, São Paulo , Cortez, Politiza, 2020.



PEREIRA, Camila Potyara. Proteção social no capitalismo: crítica as ideologias conflitantes. São Paulo, 2016.

SANTOS. Agnaldo dos. GOVERNO LULA III: velhos impasses, novos desafios in revista mundo e desenvolvimento. Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais. Disponível., vol 07. N 07 em: https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoeDesenvolvimento/issue/view/10 . Acesso em: 20 st,2024.

ⁱ Considera-se essa a 3^a fase do neoliberalismo, sendo denominado de ultraneoliberalismo, o que se funda no trinômio: 1. Aprofundamento violento da exploração do trabalho, diga-se, da precarização e “captura” da subjetividade do/a trabalhador/a; 2. Expansão da apropriação do fundo público pelo capital financeiro; 3. Privatização e expropriação de bens comuns e estatais que ainda existe (LIMA SOBRINHO, 2022, p. 122).